



Vigilante patrimonial de município consegue adicional de periculosidade

Para a Sexta Turma do TST, legislação considera a atividade perigosa e não exige o uso de arma para receber o acréscimo salarial



A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o município de Tianguá (CE) a pagar o adicional de periculosidade a um vigilante patrimonial público. De acordo com o colegiado, a legislação considera a atividade perigosa e não exige que o vigilante tenha de

usar arma e ter registro na Polícia Federal para receber a parcela.

Vigilância de patrimônio público

O trabalhador fazia a vigilância de bens públicos de Tianguá e argumentou na reclamação trabalhista que estava sujeito ao

risco de violência. Na ação, pediu o pagamento de adicional de periculosidade correspondente a 30% do salário.

Como prova, apresentou Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), elaborado pelo próprio município em outro processo, com a conclusão de que vigia tem direito a esse adicional.

Atividade sem risco

Em sua defesa, o município alegou que o exercício do cargo de vigilante patrimonial não expõe o empregado a qualquer risco. Sustentou, ainda, que “a atividade sequer exige a utilização de instrumento de proteção pessoal ou de terceiros ou mesmo algum treinamento específico para o desempenho da função”.

Adicional de 30%

Com base no laudo, o juízo da Vara do Trabalho de Tianguá (CE) julgou procedente o pedido de pagamento do adicional de periculosidade em percentual de 30%, tendo como base de cálculo o salário do vigilante.

Exigências específicas

No entanto, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE) negou o adicional ao analisar recurso do município. O TRT considerou que o exercício da função de vigilante, enquadrada como atividade perigosa segundo a NR-16 (norma regulamentadora que define os procedimentos para o pagamento do adicional de periculosidade dos trabalhadores), depende do preenchimento de uma série de requisitos, como a aprovação em curso de formação e em exames médicos, a ausência de antecedentes criminais, bem como o prévio registro no

Departamento de Polícia Federal (artigos 16 e 17 da Lei 7.102/1983). “Não se tem notícia nos autos de que o vigilante faça uso de arma de fogo, nem que tenha sido submetido a curso de formação ou mesmo preenchido os demais requisitos previstos na Lei 7.102/83”, concluiu.

Atividade perigosa

Houve recurso do vigilante ao TST, e a Sexta Turma deu provimento ao apelo para restabelecer a sentença que determinou o pagamento do adicional de periculosidade. Os ministros entenderam que as exigências se aplicam a empregados de empresas de segurança privada, conforme o Anexo 3 da NR-16. Pontuaram ainda que o texto da norma inclui, entre as atividades perigosas, aquelas exercidas por empregados contratados diretamente pela Administração Pública Direta ou Indireta que atuam na segurança patrimonial ou pessoal, sem demandar o cumprimento dos mesmos requisitos da segurança privada.

Além disso, o colegiado registrou a existência do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela Prefeitura de Tianguá que previu o direito ao adicional de periculosidade para ocupante do cargo de vigia. “O que corrobora o entendimento de que o trabalhador faz jus ao direito postulado nestes autos”, concluiu.

A decisão foi unânime.

(Guilherme Santos/GS/NP)

Processo: RR-678-10.2020.5.07.0029

Fonte: TST

Em 2023, preço da cesta básica diminuiu em 15 capitais, mostra pesquisa Dieese

O valor da cesta básica diminuiu em 15 capitais onde o Dieese faz o levantamento dos preços da cesta básica. Dentre os produtos que mais caíram estão: carne de primeira, café, óleo de soja e feijão cariyoquina

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)



Se alimentar ficou mais barato em 2023 em comparação com 2022, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), realizada mensalmente.

Em 12 meses, do total de 13 produtos da cesta básica, a carne bovina de primeira, o feijão cariyoquina, o café em pó, o óleo de soja e a farinha de trigo, coletada no Centro-Sul, apresentaram recuo de preço em todas as cidades. O valor do leite integral diminuiu em 16 capitais.

As variações de preços entre dezembro de 2022 e 2023 foram as seguintes: a carne bovina de primeira diminuiu em todas as cidades pesquisadas, com destaque para os decréscimos em Salvador (-12,96%), Campo Grande (-12,26%), Fortaleza (-12,01%), Goiânia (-11,84%) e São Paulo (-11,10%).

O aumento da oferta de carne no mercado interno, a suspensão temporária da exportação para China e os altos preços ainda praticados explicam a redução do valor no varejo, avaliam os pesquisadores do Dieese.

O preço do café em pó caiu em todas as capitais em 2023 e as variações oscilaram entre -19,36%, em Vitória, e -2,60%, em Belém. O aumento da safra de 2022/2023, em mais de 8% acima do esperado, diminuiu os preços do grão e do café em pó no varejo.

O óleo de soja também teve o valor reduzido em todas as cidades, entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023. As variações negativas ficaram entre -33,04%, em Curitiba, e -22,65%, em Fortaleza.

Depois da alta nos anos anteriores, a queda ocorreu porque a produção brasileira e mundial de soja bateu recorde em 2023 e conseguiu cobrir a menor oferta em outros países, como os EUA. O excesso de grãos reduziu o preço, também do óleo de soja, apesar da firme demanda externa, analisam os pesquisadores.

O feijão cariquinha, coletado no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, em Belo Horizonte e São Paulo, teve queda de preço entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, com destaque para Fortaleza (-19,76%), São Paulo (-19,42%) e João Pessoa (-18,31%).

O feijão carioca esteve mais caro nos primeiros meses do ano, devido à redução da área plantada e à menor produtividade da primeira safra, consequência das chuvas excessivas. Com a entrada da segunda e da terceira safra, as cotações baixaram.

O valor médio da farinha de trigo apresentou queda em todas as cidades do Centro-Sul, onde é coletada, em 12 meses. As variações mais importantes ocorreram em Campo Grande (-17,07%), Vitória (-16,67%), Belo Horizonte (-13,62%) e Goiânia (-13,24%). A maior oferta nacional e internacional de trigo reduziu o preço do grão e da farinha no varejo.

O preço do leite integral variou, entre dezembro de 2022 e o mesmo mês de 2023, de -16,81%, em Vitória, a -3,80%, no Rio de Janeiro. A única alta foi verificada em Belém, 3,07%.

Ao longo do ano, a oferta de leite esteve em alta – tanto pela produção nacional quanto pela importação de derivados de outros países –, o que diminuiu o patamar de preços dos derivados lácteos, em alta nos anos anteriores.

Altas

O valor do quilo do arroz agulhinha subiu em todas as cidades, entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023. As variações oscilaram de 11,16%, em Belém, a 44,52%, em Goiânia. A maior demanda, interna e externa, principalmente a partir do segundo trimestre, elevou os preços do grão.

O preço do feijão tipo preto, pesquisado nas cidades do Sul e em Vitória e no Rio de Janeiro, acumulou alta de até 23,12%, em Florianópolis; 15,05%, em Curitiba; 14,32%, em Porto Alegre; 10,90%, no Rio de Janeiro; e, 7,77%, em Vitória. A menor oferta e a maior demanda, principalmente a partir do segundo trimestre de 2023, encareceram o valor do grão.

No caso da farinha de mandioca, coletada no Norte e no Nordeste, as altas de preços superaram 10% em todas as cidades, chegando a 20,39%, em João Pessoa. A exceção ocorreu em Fortaleza (-3,93%).

Mesmo com o aumento da área plantada e da produtividade, que elevaram a oferta da raiz, o preço médio da farinha subiu no Norte e no Nordeste, puxado pela demanda firme, pela entressafra e pela instabilidade do clima, principalmente no Pará, um dos maiores produtores do país.

O preço do pão francês registrou aumentos na maior parte das localidades onde se realiza a pesquisa.

A batata, coletada na região Centro-Sul, teve alta em nove de 10 capitais e a farinha de mandioca, em quase todas as cidades do Norte e do Nordeste onde é pesquisada, com taxas entre 0,30%, em Belo Horizonte, e 18,91%, em Porto Alegre.

A instabilidade climática, ao longo do ano, com chuvas e fortes estiagens, teve impacto na oferta do tubérculo.

O preço médio do açúcar aumentou em 16 cidades entre dezembro de 2022 e o mesmo mês de 2023, com variações entre 2,56%, em Campo Grande, e 17,08%, em Curitiba. A queda ocorreu em Vitória (-2,39%).

O aumento das exportações de açúcar foi impulsionado pelos preços internacionais favoráveis, devido à menor oferta mundial, o que reduziu a disponibilidade interna.

De acordo com os pesquisadores do Dieese, a tendência, para o conjunto dos itens, foi de redução, movimento que, junto com a revalorização do salário mínimo e a ampliação da política de transferência de renda, trouxe alívio para as famílias brasileiras, que sofreram, nos últimos anos, com aumentos de preços dos alimentos, em geral, acima da média da inflação. No entanto, a questão climática, os conflitos externos, o câmbio desvalorizado que estimula a exportação, e o forte impacto da demanda externa sobre os preços internos das commodities acarretaram preocupação em 2023 e podem ser importantes desafios para 2024.

Capitais com maiores reduções de preços em 2023

Na comparação anual entre dezembro de 2023 e dezembro de 2022, as principais reduções acumuladas, entre dezembro de 2023 e dezembro de 2022, foram registradas em Campo Grande (-6,25%), Belo Horizonte (-5,75%), Vitória (-5,48%), Goiânia (-5,01%) e Natal (-4,84%).

Já as taxas positivas acumuladas ocorreram em Belém (0,94%) e Porto Alegre (0,12%).

Comparação mensal

Na comparação mensal entre novembro e dezembro de 2023, o valor da cesta subiu em 13 cidades, com destaque para Brasília (4,67%), Porto Alegre (3,70%), Campo Grande (3,39%) e Goiânia (3,20%).

As diminuições ocorreram em Recife (-2,35%), Natal (-1,98%), Fortaleza (-1,49%) e João Pessoa (-1,10%).

Em dezembro de 2023, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi apurado em Porto Alegre (R\$ 766,53), depois em São Paulo (R\$ 761,01), Florianópolis (R\$ 758,50) e Rio de Janeiro (R\$ 738,61).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde são pesquisados 12 produtos, Aracaju (R\$ 517,26), Recife (R\$ 538,08) e João Pessoa (R\$ 542,30) registraram os menores valores médios.

Veja na tabela

Custo e variação em 17 capitais – mensal (dezembro) e ano de 2023

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos - Custo e variação da cesta básica em 17 capitais - Brasil - dezembro e ano de 2023

Capital	Varição no ano (12 meses) (%)	Varição mensal (%)	Valor da cesta	Tempo de trabalho	Porcentagem do Salário Mínimo líquido
Belém	0,94	1,62	645,44	107h34m	52,86
Porto Alegre	0,12	3,70	766,53	127h46m	62,78
Curitiba	-0,21	2,02	697,22	116h12m	57,10
Aracaju	-0,73	0,10	517,26	86h13m	42,36
Florianópolis	-1,39	1,46	758,50	126h25m	62,12
Salvador	-1,73	1,81	560,81	93h28m	45,93
Rio de Janeiro	-1,88	1,42	738,61	123h06m	60,49
João Pessoa	-3,48	-1,10	542,30	90h23m	44,41
Fortaleza	-3,61	-1,49	630,38	105h04m	51,63
São Paulo	-3,83	1,57	761,01	126h50m	62,33
Brasília	-4,12	4,67	698,74	116h28m	57,23
Recife	-4,78	-2,35	538,08	89h41m	44,07
Natal	-4,84	-1,98	556,06	92h41m	45,54
Goiânia	-5,01	3,20	669,36	111h34m	54,82
Vitória	-5,48	1,99	688,86	114h49m	56,42
Belo Horizonte	-5,75	2,60	656,29	109h23m	53,75
Campo Grande	-6,25	3,39	697,69	116h17m	57,14

Fonte: DIEESE

Comportamento mensal dos preços dos produtos (novembro/dezembro de 2023)

O preço do leite integral caiu em 12 capitais, entre novembro e dezembro de 2023, manteve-se estável no Rio de Janeiro e em Natal e aumentou em Porto Alegre (0,69%), João Pessoa (0,63%) e Curitiba (0,39%).

As quedas oscilaram entre -5,37%, em Vitória, e -0,32%, em São Paulo. A menor oferta, causada pela instabilidade climática, foi compensada pela importação de leite e derivados, o que manteve o preço em queda.

Entre novembro e dezembro, o preço do feijão apresentou aumentos em todas as capitais. O tipo preto, pesquisado no Sul, em Vitória e no Rio de Janeiro, registrou a maior variação em Florianópolis (9,08%) e Porto Alegre (8,98%). Já o tipo carioca, coletado nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e em Belo Horizonte e São Paulo, teve as maiores altas em Belém (18,86%), Belo Horizonte (18,71%), Brasília (15,97%) e Campo Grande (15,43%).

A menor oferta, devido ao fim da colheita, provocou a alta dos preços no varejo.

O preço médio da batata subiu em todas as capitais, com altas que oscilaram entre 12,39%, em Vitória, e 45,40%, em Brasília.

As chuvas e o final da safra explicaram os aumentos entre novembro e dezembro.

O quilo do arroz agulhinha teve acréscimo nas 17 cidades pesquisadas. As taxas oscilaram entre 1,47%, em Salvador, e 10,26%, em Aracaju.

A maior demanda, externa e interna, e a instabilidade climática, que prejudicou a produção e reduziu ainda mais a oferta de arroz, explicam as altas.

São Paulo

O valor da cesta básica na capital paulista apresentou queda de -3,83% entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, e ficou em R\$ 761,01, o segundo maior valor entre as 17 cidades pesquisadas pelo Dieese.

Em 12 meses, sete produtos tiveram redução de preço: óleo de soja (-30,89%), feijão carioca (-19,42%), carne bovina de primeira

(-11,10%), farinha de trigo (-7,09%), leite integral longa vida (-5,17%), café em pó (-4,80%) e manteiga (-0,82%).

Outros seis produtos tiveram alta acumulada de preço: arroz agulhinha (26,24%), açúcar refinado (11,14%), batata (3,91%), pão francês (3,15%), banana (2,98%) e tomate (2,23%).

Na comparação mensal entre novembro e dezembro de 2023, os valores de cinco itens tiveram redução: café em pó (-0,85%), farinha de trigo (-0,63%), manteiga (-0,58%), leite integral longa vida (-0,32%) e carne bovina de primeira (-0,20%).

Os preços dos gêneros alimentícios tiveram elevação de 1,57%. O alta do preço médio foi de oito produtos: batata (14,73%), feijão carioca (5,77%), arroz agulhinha (3,45%), banana (3,26%), óleo de soja (2,51%), açúcar refinado (2,05%), tomate (1,37%) e pão francês (0,45%).

Salário mínimo ideal

Em dezembro de 2023, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.439,62 ou 4,88 vezes o mínimo de R\$ 1.320,00. Em novembro, o mínimo necessário correspondeu a R\$ 6.294,71 ou 4,77 vezes o piso vigente. Em dezembro de 2022, ficou em R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 1.212,00.

O valor é calculado com base na cesta mais cara, que, em dezembro, foi a de Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário..

Leia a íntegra da pesquisa acessando <https://www.dieese.org.br/analisecestabasic/2023/202312cestabasic.pdf>

Fonte: CUT

Habib's é condenado a pagar R\$ 20 mil a funcionária que afirmou ter sido vítima de cárcere privado



Fachada de loja da rede Habib's. Foto: reprodução

Publicado por Yurick Luz

A rede de lanchonetes Habib's enfrentou uma condenação judicial ao ser obrigada a pagar uma indenização a uma ex-funcionária que relatou ter sido mantida em cárcere privado por sua gerente na loja em que estava empregada. O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT-21), no Rio Grande do Norte, estabeleceu uma compensação por danos morais no valor de R\$ 20 mil, segundo informações da Folha de S.Paulo

O grupo Habib's emitiu uma declaração afirmando que a condenação não está relacionada ao caso de cárcere privado. "A empresa reitera seu compromisso com a ética e a transparência em suas relações trabalhistas, repudia qualquer forma de violência e discriminação e está comprometida com o respeito aos direitos de seus colaboradores", dia a nota.

De acordo com o relato da ex-funcionária à Justiça, após denunciar irregularidades e

suspeitar de desvios financeiros na loja ao gerente da unidade, foi levada por sua superior a uma sala na qual ficou retida por pelo menos quatro horas.

Durante esse tempo, a funcionária alega ter sido sujeitada a insultos, humilhações e ameaças contínuas por parte da superior hierárquica. Na ação judicial, a trabalhadora afirmou que sua gerente mencionava saber onde ela morava e ameaçava enviar alguém para agredi-la. Ao final do episódio, a ex-funcionária estava em prantos e extremamente perturbada, tendo registrado um boletim de ocorrência e buscado auxílio médico posteriormente.

O relatório médico que a afastou do trabalho constatou que ela apresentava "reações ao estresse grave e transtornos de adaptação", resultando em um transtorno por estresse pós-traumático.

Fonte: DCM

Bancos têm as previsões econômicas mais pessimistas para 2024; em 2023, eles erraram



Indicadores econômicos de 2023 foram melhores do que as previsões feitas no início do ano - Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

Os economistas de bancos iniciaram o ano com previsões abaixo da média para a economia em 2024. Assim como em 2023, eles preveem um crescimento menor que o governo e uma inflação mais alta.

Ao longo do ano passado, as projeções dos bancos demonstraram-se erradas. Em 2024, segundo estudos de órgãos do governo, elas estarão novamente equivocadas.

As previsões desses economistas “de mercado” são coletadas semanalmente pelo Banco Central (BC) para a elaboração do Boletim

Focus. O BC divulgou nesta segunda-feira (8) a primeira edição do ano do boletim.

Nele, está registrado que os bancos estimam que o PIB cresça 1,59% em 2024. Há uma semana, a previsão era ainda menor: 1,52%.

Já a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda prevê um crescimento de 2,2%. A projeção foi divulgada em novembro.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mantido pelo governo federal, prevê crescimento de 2%. A previsão consta de carta de conjuntura divulgada em dezembro.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), por sua vez, estima 1,8%.

Também no Focus está informada a previsão de inflação dos bancos para o final de 2024: 3,9%. A SPE, da Fazenda, estimam 3,55%.

Para 2024, a meta de inflação para o Brasil é de 3%. Ela, contudo, tem margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo. Na prática, portanto, a inflação deve ficar entre 1,5% e 4,5% para cumprir o fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Superando expectativas

A economia brasileira terminou 2023 bem melhor do que os economistas ligados ao mercado financeiro esperavam. O primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio da Lula da Silva (PT) foi de crescimento acima do previsto, inflação mais baixa e balança comercial mais favorável que o projetado.

Economistas de bancos e corretoras de investimentos estimavam no final de 2022 que a economia brasileira cresceria 0,8% em 2023. Os mesmos economistas de bancos estimam que ela cresceu 2,92%.

Eles também esperavam que a inflação ficasse em 5,31% ao final deste ano. O índice oficial ainda não foi divulgado, mas deve ficar abaixo dos 4,5%.

Miguel de Oliveira, economista e diretor-executivo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), afirmou que a maioria dos seus

colegas desconfiava das políticas econômicas de Lula no início de 2023. Esse sentimento acabou refletido no pessimismo exagerado – algo que demonstrou-se infundado em 2023, mas que permanece em 2024.

Mauricio Weiss, economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), também já notou uma predisposição ideológica de bancos contra governos de esquerda, como o de Lula.

Pedro Faria, economista e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), alertou, ainda em junho de 2023, que bancos teriam que rever suas previsões pessimistas para o ano pois elas seriam negadas pelos dados, o que efetivamente aconteceu.

Expectativa conta

As previsões dos bancos são levadas em conta pelo BC para definir a taxa básica de juros (Selic), por exemplo. Se os bancos preveem inflação mais alta, isso acaba sendo usado como argumento para que a Selic permaneça alta. Hoje, ela está em 11,75% ao ano.

“O que temos visto é que o BC consulta quase na totalidade agentes do mercado financeiro. Eles têm errado sistematicamente para pior a leitura da economia brasileira. O BC usa como justificativa principal para manutenção da taxa de juros essas expectativas”, explicou Faria.

Edição: Thalita Pires

Fonte: [Brasildefato](#)

Sérgio Nobre: desafio é encontrar proposta de consenso sobre desoneração da folha

Presidente da CUT e das demais centrais querem mesa de negociação com empresários e governo para definirem uma proposta de consenso sobre desoneração da folha a ser apresentada ao Congresso Nacional

Foto: DIOGO ZACARIAS/MINISTÉRIO DA FAZENDA



Presidente da CUT em coletiva de imprensa após reunião com ministro Marinho e secretário da Fazenda

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, e os presidentes das centrais sindicais: Força Sindical, UGT, CTB, CSB e NCST se reuniram nesta terça-feira (9) com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, em Brasília para debaterem a reoneração da folha de pagamento, proposta contida na Medida Provisória (MP) nº 1202, do governo federal. O ministro Fernando Haddad não participou por

estar em viagem.

Sérgio Nobre argumentou que as centrais sindicais conhecem bem os trabalhadores e trabalhadoras e os setores que empregam e, portanto, têm condições de apresentarem propostas sobre esses benefícios fiscais que impactam na arrecadação da União.

Segundo o presidente da CUT, os dados das centrais sindicais sobre a desoneração estão em acordo com os dados do governo, mas é

preciso ouvir o setor empresarial para que seja enviada ao Congresso Nacional uma proposta de consenso.

“ A gente precisa ouvir também um setor empresarial, ouvir o que eles têm a dizer. Nós conhecemos os setores porque nós representamos os trabalhadores, e aí o grande desafio é a gente, no período mais célere possível, encontrar uma proposta que possa chegar tanto ao governo, quanto aos empresários e aos trabalhadores e entregar ao Congresso Nacional”, disse.

“Uma proposta de consenso esse é o caminho razoável que tranquiliza os trabalhadores, e é essa mensagem que a gente quer passar. Na nossa história, sempre que a gente sentou para negociar, a gente buscou uma solução inovadora e eficaz para sair desse impasse que nós estamos vivendo hoje”, ponderou.

Foto: DIOGO ZACARIAS/MINISTÉRIO DA FAZENDA



Reunião dos presidentes das centrais sindicais, em Brasília

Sobre as possíveis dificuldades de se negociar uma proposta, Sergio Nobre disse estar muito otimista de que empresários, governo e trabalhadores chegarão a um consenso.

“Quando a gente está numa negociação tudo é possível, a gente não pode sentar à mesa engessado, não pode nisso, não pode mexer naquilo, é causa pétrea. Tem que ter flexibilidade. Estou otimista para se chegar a um caminho comum, de encontrar uma proposta”, disse Sergio Nobre, ao final da reunião.

Foto: DIOGO ZACARIAS/MINISTÉRIO DA FAZENDA



Sérgio Nobre, Ministro Luiz Marinho e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan

Entenda

Em outubro do ano passado o Congresso Nacional aprovou a prorrogação até 2027 da desoneração da folha de pagamentos sobre a previdência de 17 setores. Com a desoneração da folha as empresas desses setores pagam alíquotas que vão de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez dos 20% de contribuição previdenciária sobre os salários.

O presidente Lula vetou e os parlamentares derrubam o veto. Em virtude da perda de cerca de R\$ 16 bilhões de arrecadação, Lula apresentou em dezembro uma Medida Provisória que retoma a reoneração e revoga esses benefícios fiscais. Já os parlamentares e empresários alegam que esses 17 setores são os que mais empregam no país.

Após o veto de Lula, o presidente da CUT, Sérgio Nobre se posicionou sobre a desoneração da folha de pagamento. Para ele, o veto era uma oportunidade para que todas as medidas que afetam a classe trabalhadora fossem amplamente discutidas e negociadas entre as partes envolvidas.

O presidente do Senado Rodrigo Pacheco deve conversar com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para definir os caminhos que a MP deve seguir, já que parte do Parlamento quer devolver a MP ao governo federal, sem ser votada.

Participaram da reunião em Brasília, além de Sérgio Nobre, Adilson Gonçalves de Araújo, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Antônio Fernandes dos Santos Neto, da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Miguel Eduardo Torres, da Força Sindical; Artur Bueno de Camargo, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); e Ricardo Patah, da União Geral dos Trabalhadores.

Fonte: CUT

Lula avisa ministros do STF que Lewandowski substituirá Dino na Justiça



Ricardo Lewandowski. Foto: reprodução

Publicado por Yurick Luz

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comunicou aos Ministros do STF que Ricardo Lewandowski, ex-presidente da Corte, assumirá como o novo Ministro da Justiça, em substituição a Flávio Dino, que será empossado no Supremo, segundo informações do Estadão.

Embora o anúncio oficial ainda não tenha sido feito, espera-se que a nomeação seja concretizada até o fim desta semana. Lewandowski solicitou um prazo para a definição de sua equipe, sendo este o motivo do atraso na divulgação.

A conversa entre o mandatário e Lewandowski ocorreu na última segunda-feira (8) no Palácio da Alvorada, em Brasília. Ao contrário de especulações, o Ministério da Justiça não será dividido, mantendo, portanto, a responsabilidade sobre a segurança pública.

Lewandowski sempre foi contra essa separação de funções. Em conversas reservadas,

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

ele chegou a dizer que o desmembramento do Ministério da Justiça não era uma operação tão simples como “tirar um paletó”, uma vez que as estruturas são interligadas.

Por outro lado, Flávio Dino solicitou a Lula a permanência do secretário-executivo Ricardo Cappelli, cujo destino se tornou um ponto de impasse para o anúncio de Lewandowski. Até o momento, Manoel Carlos de Almeida Neto é o nome mais cogitado para ocupar o cargo.

O Ministério da Justiça, por ser uma posição estratégica no Executivo, desempenha um papel importante na articulação entre os poderes.

Vale destacar que Lewandowski possui experiência em projetos relacionados ao sistema prisional, audiência de custódia, saúde carcerária e sistema de execução unificada, desenvolvidos durante sua presidência no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fonte: DCM

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF